

NORMA

DE

FATURAMENTO

DISPÕE SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS PELA CODERN AOS USUÁRIOS DO PORTO DE NATAL E DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA – RN.
(Aprovada pela DIREXE em sua Resolução nº 106/2019 de 23/09/2019)

NATAL - 2019

NORMA DE FATURAMENTO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Normas para Faturamento e Cobrança dos serviços prestados pela CODERN aos usuários do Porto de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca, conforme Taxas das respectivas Tarifas.

Capítulo I

OBJETIVO E DEFINIÇÕES

Art. 1º. A presente Norma objetiva estabelecer os critérios e os procedimentos a serem adotados para o faturamento e cobrança dos serviços portuários prestados pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, Autoridade Portuária, aos Arrendatários, Operadores Portuários e aos demais Usuários do Porto de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca, conforme as taxas estabelecidas em tarifários vigentes.

Art. 2º Para Efeito de Aplicação desta Norma considera-se a seguir:

I - A Companhia Docas do Rio Grande do Norte, Autoridade Portuária, será denominada apenas **CODERN**;

II - Usuário é toda entidade (importador, exportador, armador, agente de navegação, operadores de transporte, operadores portuários, donos ou consignatários de mercadorias ou cargas e congêneres), pessoas físicas ou jurídicas, de natureza pública ou privada, nacional ou estrangeira, que utilize os serviços prestados pela CODERN;

III - Arrendatário: pessoa jurídica constituída para explorar determinada área e/ou instalação do Porto Organizado de caráter público;

IV - Serviço/Operação Portuária é toda movimentação de passageiros ou de cargas ou ainda de armazenagem de mercadorias destinadas ou proveniente de transportes aquaviários, realizada no Porto Organizado por Operadores Portuários;

V - Operador Portuário é a pessoa jurídica pré-qualificada pela CODERN, além dela mesma, para a execução de operações portuárias nas áreas do Porto Organizado de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca;

VI - Infraestrutura: compõem-se das instalações portuárias constituídas por ancoradouros, docas, cais, ponte e píeres de atracação e acostagem, boias de amarração, dolphins, terrenos, armazéns, edificações e vias de circulação interna, bem como pela infraestrutura de proteção e acesso aquaviário ao Porto, tais como guias-correntes, quebra-mares, eclusas, canais, bacia de evolução e áreas de fundeio, Terminal de Passageiros, dentre outras áreas, que devam ser mantidas pela Administração do Porto.

a) As Áreas e Instalações portuárias operacionais são destinada à movimentação e à armazenagem de cargas e ao embarque e desembarque de passageiros.¹

VII - Tarifa Portuária: os valores devidos pelo usuário à Administração do Porto relativos à utilização das instalações portuárias ou da infraestrutura portuária ou à prestação de serviços de sua competência na área do Porto Organizado;²

VIII - Cadastro de Usuário é a relação segmentada de nomes, endereços (inclusive para cobranças e pagamentos), razão social, CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), inscrição Estadual e Municipal dos usuários e o registro dos dados que caracterizam a probidade mercantil e a sua situação patrimonial, entre outras informações;

IX - Usuários Regulares são aqueles que possuem contrato com a CODERN ou que possuam, pelo menos, uma fatura emitida mensalmente, nos 6 meses imediatamente anteriores;

X - Usuário Não Regulares são aqueles que não se enquadram no item anterior.

Parágrafo único: o representante do usuário deverá apresentar credenciais ou mandato que comprovem junto a CODERN estar legalmente autorizado para quaisquer tratativas junto a empresa, no ato do cadastramento.

Capítulo II

COMPETÊNCIA

Art. 3º. Compete às áreas operacionais da GEOPER – Gerência de Infraestrutura e Suporte Operacional e da GERTAB – Gerência do Terminal

¹ Texto em consonância com a Resolução 2.240 ANTAQ.

² Idem

Salineiro de Areia Branca, efetuarem o controle de todas as informações referentes à execução de todos os serviços portuários prestados, respectivamente, aos usuários dos Portos de Natal e Areia Branca, por meio do registro em documentação específica (Documento de Requisição de Execução de Serviços Portuários – RESP (Anexos I e II) e Relatório de Estadia e Operação de Navio – REONAV e/ou algum outro Relatório equivalente a este) (Anexos III e IV). O RESP deverá ser assinado pelo representante da Autoridade portuária, tomador dos serviços e por duas testemunhas, e fornecer as informações necessárias ao Setor de Faturamento. O REONAV deverá ser assinado pelo emitente e validado pelo Gerente da Área.

§1º Após a geração das informações pela GEOPER ou pela GERTAB, as mesmas serão encaminhadas, fisicamente, por meio de Memorando específico para o setor de faturamento no prazo máximo de 10 dias. O mesmo processo também tramitará pelo SIGAP, para o DTC que o repassará, após análise, ao setor de Faturamento, para que sejam conferidos os cálculos, e realizada a emissão das Notas Fiscais de prestação de serviços e dos Boletos Bancários, o encaminhamento das Notas Fiscais e/ou Faturas em conjunto com os respectivos Boletos Bancários, após o registro dos respectivos boletos junto a Instituição Financeira, via correio eletrônico, para os usuários da CODERN e, por fim, a integração das Notas Fiscais com a Coordenação de Tesouraria da Companhia. **A Tramitação total do processo pelo SIGAP, de sua origem até o setor de faturamento, não deverá exceder a 48 horas.**

§2º Para aqueles usuários que solicitarem o recebimento físico das Notas Fiscais e dos respectivos Boletos Bancários, caberá ao Setor de Faturamento atender à solicitação, sempre de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único: Todos os documentos que descreverem os serviços tomados pelos clientes e que servirem de base para o faturamento contra os mesmos, deverão, obrigatoriamente, estar assinados pelo Representante da Autoridade Portuária, tomadores dos serviços e por duas testemunhas e todos deverão estar devidamente identificados.

Art. 4º. Compete à GERFIN – Gerência de Recursos Financeiros, fiscalizar o cumprimento e a observância desta Norma.

Art. 5º. Compete a COORTE – Coordenação de Tesouraria, realizar a administração dos dados relativos à cobrança dos serviços prestados e acompanhar o controle dos recebimentos e a cobrança sistemática dos valores devidos pelo usuário.

Art. 6º. Compete a COORTI - Coordenação de Tecnologia da Informação, dar suporte técnico ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas

de processamento de dados que visem fornecer melhor rapidez na emissão de notas fiscais eletrônicas, nas notas de débito, na atualização dos débitos para a cobrança, assim como também, que visem agilizar o controle de cobrança.

Art. 7º. A Gerência Jurídica – GERJUR, dará suporte técnico para o caso de inadimplência, orientando e movendo ações judiciais cabíveis, bem como, instaurando processo administrativo junto aos órgãos externos competentes, quando for o caso.

Capítulo III

DO CADASTRAMENTO

Art. 8º. Para o atendimento de qualquer solicitação de serviços portuários deverá ser exigido pelas GEOPER e GERTAB o pré-cadastramento dos solicitantes, nos termos do art. 2º, inc. VIII, através do preenchimento dos dados no sistema do gerenciador financeiro da COORTE, a quem caberá fazer a inclusão e manter atualizados todos os itens referentes ao Cadastro de Clientes da CODERN.

§1º Para efeito do pré-cadastramento, o cliente/usuário deverá preencher formulário específico fornecido pela CODERN (Anexo V);

§2º Para o cadastro de pessoa física ou jurídica serão necessárias as seguintes informações: nome completo (pessoa física) ou razão social (pessoa jurídica); CPF ou CNPJ; inscrição estadual e municipal; endereço completo, inclusive o CEP; e-mail; home Page; telefones; fax; nome e contato dos responsáveis pelo pagamento.

Parágrafo único: A GEOPER e a GERTAB deverão verificar, a cada solicitação de serviços portuários, as informações relativas ao cadastro dos clientes, devendo informar a COORTE todas as alterações.

Capítulo IV

DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 9º. A utilização das instalações portuárias será autorizada pela CODERN mediante requerimento formal por pedido de atracação (Anexo VI), se necessário, e pela RESP do armador ou agente, operador portuário, dono ou

consignatário da mercadoria, ou de seus representantes legais, conforme o caso e mediante o pagamento à CODERN das taxas pertinentes, constantes do tarifário.

§1º - A RESP deverá ser assinada pelo requisitante com a sua devida identificação (nome completo, CPF e cargo que ocupa na empresa), em duas vias e numerada de forma sequencial, quando da solicitação inicial e quando do recebimento dos serviços, cabendo aos requisitantes à responsabilidade integral, civil e penal, por suas ações e omissões, inclusive a de seus respectivos representantes ou representados, nos limites do mandato, devendo uma via ser entregue ao cliente após o término do recebimento dos serviços.

§2º Para os efeitos legais e regulamentares, os agentes de embarcações ou seus prepostos atuam sempre como representantes dos comandantes das embarcações e dos armadores, e os despachantes e seus prepostos como mandatários dos donos das mercadorias.

Art. 10. As requisições à CODERN, na conformidade do parágrafo anterior, quando feitas por usuários não regulares ou por quem esteja inadimplente ou cujo histórico de pagamento de suas obrigações lhes sejam desfavoráveis, terão como pré-requisito para seu atendimento uma Caução ou um Contrato de Crédito (Anexo VII), que deverá ser na forma de moeda corrente, conforme descrito no parágrafo 4º do Artigo 30 da Resolução Normativa nº 32/19 - ANTAQ.

§1º O valor da caução será calculado, pela GEOPER (para o Porto de Natal) e/ou pela GERTAB (para o Porto de Areia Branca), com base nos quantitativos constantes das requisições de serviços portuários, pelas taxas estabelecidas nas Tarifas do Porto de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca.

§2º Quando, durante a prestação dos serviços, ou na sua finalização, for constatada a insuficiência da caução, o requisitante se obriga a complementar imediatamente o novo valor exigido pela CODERN, sob pena de interrupção dos serviços, quando for o caso.

§3º O Usuário devedor remisso ficará privado de utilizar os serviços do Porto, diretamente ou por intermédio de terceiros.

§4º Tal exigência capitulada no “caput” deste item está em conformidade com o inciso I do art. 1º do Decreto – Lei Nº 1.016 de 21.10.69, com redação dada pela lei n. 6.418 de 30.05.77 e Decreto - Lei 1.801 de 12.08.80.

§5º Na hipótese de ocorrer um aumento ou reajuste da tarifa durante a operação requisitada, fica garantida a cobrança pela tarifa contratada originalmente até ser atingido o valor da prestação de serviços abrangido pelo depósito prévio.

§6º Cada requisição de serviço poderá corresponder a uma ou mais cauções, bem como uma caução poderá corresponder a uma ou mais requisições de serviços.

Art. 11. Exceto no caso de arribada, nenhum serviço será executado sem a prévia requisição formulada pelos interessados conforme o capitulado no art. 9º, §1º e 2º.

Art. 12. Quando a operação portuária de Importação e/ou Exportação ocorrer aos sábados, domingos e feriados, o pagamento da caução deverá ser efetuado preferencialmente até o último dia útil anterior à movimentação, observando o horário de expediente bancário. Em casos excepcionais, a critério da Autoridade Portuária, mediante autorização expressa da Diretoria Técnica e Comercial, poderá o Gerente da GEOPER para o Porto de Natal e o Gerente da GERTAB para o Terminal Salineiro de Areia Branca, receber caução em tais dias, encaminhando à COORTE no primeiro dia útil subsequente, para os devidos registros financeiros e contábeis.

Parágrafo único: É terminantemente proibido o recebimento de valores em cheques e em moeda corrente para quitação de Notas Fiscais, Faturas, Guias de Caução, por qualquer outro setor que não seja a Tesouraria, à exceção do capitulado no caput deste artigo, onde o *gerente responsável* pela operação, exercerá tal função.

Art. 13. Para os novos clientes e, no caso em que o pagamento das tarifas devidas não seja realizada de forma antecipada (Caução), é obrigatória a consulta nos órgãos de restrição ao crédito para que, somente após esta verificação, seja autorizada a concessão de crédito aos clientes.

Parágrafo único: Caberá a GEOPER e a GERTAB formalizar consulta antes de autorizar a atracação e/ou a execução dos serviços.

Capítulo V

DA MODALIDADE PREVIAMENTE CONTRATADA

Art. 14. A modalidade previamente contratada, de que trata o inciso III do art. 1º do Decreto - Lei nº 1.016/69 e suas alterações posteriores serão firmadas com o Usuário interessado através de Contrato de Crédito (Anexo VII).

Parágrafo único: O usuário, optante por esta modalidade, terá o prazo de no mínimo 10 (dez) dias úteis para o pagamento da fatura, contado da data da emissão da mesma, em particular, de acordo com o determinado pelo parágrafo primeiro do artigo 17 da Resolução Normativa nº 32/19 - ANTAQ, para efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, respeitando o disposto no art. 1º do Decreto - Lei nº 7.089 de 23.03.83, quando o vencimento cair em dia sem expediente bancário.

Capítulo VI

DA EMISSÃO E VENCIMENTO DAS FATURAS

Art. 15. Após a conclusão da operação portuária e/ou desatracação da(s) embarcação(ões) e/ou armazenagem, a GEOPER ou a GERTAB, no âmbito de suas atribuições, após a tramitação pelo Sistema próprio, encaminhará o processo acostado de toda a documentação pertinente, ao setor de faturamento, via DTC, por meio de Memorando específico, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

§1º. As informações para faturamento das tabelas I, II e III, serão as seguintes: a quantidade movimentada de carga geral e granéis sólidos e/ou líquidos, indicando o sentido da movimentação, e o total movimentado por cada Operador Portuário; a quantidade de contêineres cheios e vazios movimentados, indicando o total da operação realizada; o comprimento da embarcação e o período de atracação, contado em horas.

§2º. As faturas referentes ao serviço de armazenagem (Tabela IV) serão expedidas ao fim de cada período de armazenagem, quando da retirada da mercadoria, após o embarque ou o pedido do Usuário.

§3º. Na importação, a retirada da carga só poderá ser efetivada com a comprovação do pagamento da armazenagem, mediante apresentação do recibo de caução.

§4º. O embarque ou a saída de contêineres só será liberada mediante a comprovação do pagamento da caução na forma do art. 9º, §2º.

Art. 16. As faturas serão emitidas contra os Usuários definidos no anexo II – Grupos Tarifários e suas modalidades tarifárias da Resolução Normativa 032/19 – ANTAQ.

Art. 17. As faturas serão emitidas e expedidas, pelo Setor de Faturamento, aos usuários no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o recebimento das informações processadas pela GEOPER ou pela GERTAB.

Art. 18. As solicitações para faturamento contra usuários que não os definidos na tarifa portuária ou para o desmembramento de 02 (dois) ou mais Usuários, somente serão atendidas quando formuladas, por escrito, antes da sua emissão, por quem se responsabilizar por sua liquidação.

Art. 19. A RESP servirá como título executivo extrajudicial, tendo que estar devidamente assinada pelo requisitante e por duas testemunhas, devendo também possuir clareza na identificação de quem as assina.

Art. 20. O vencimento da fatura, na modalidade previamente contratada, será de no mínimo 10(dez) dias úteis, contado da data da emissão da mesma ou conforme convencionado com cada usuário em particular, de acordo com o determinado pelo parágrafo primeiro do artigo 17 da Resolução Normativa nº 32/19 – ANTAQ.

Parágrafo Único: No Terminal Salineiro de Areia Branca/RN, para navios que carregarem acima de 20.000t, na mesma atracação, o vencimento da fatura referente às tabelas I, III, IV e VII do tarifário poderá, após prévia solicitação do usuário ao Gerente do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN (anterior ao término do embarque), junto ao pedido de atracação, ter a sua data de vencimento da fatura postergado para 20 (vinte) dias contados da data de desatracação da embarcação.

Art. 21. Em situações especiais, a critério exclusivo da Diretoria, será concedido ao usuário a prorrogação de prazo para pagamento de fatura, após o seu vencimento, com a possibilidade de isenção de juros e multa, desde que solicitada tal isenção em até 02 (dois) dias úteis antes do seu vencimento, a depender da comprovação das fundamentações que forem alegadas na solicitação do pleito, sempre mediante protocolo de correspondência ou e-mail.

Art. 22. O Faturamento deverá disponibilizar as Notas Fiscais / Faturas de Serviços em diretório apropriado, dentro do servidor interno da CODERN, de forma a permitir o fácil acesso por outras áreas interessadas, a qualquer tempo.

Capítulo VII

DO RECEBIMENTO DAS FATURAS

Art. 23. O pagamento das faturas será efetuado em qualquer agência da Rede Bancária, exclusivamente através de boleto bancário.

Art. 24. Em situações de pronto pagamento, as faturas poderão ser quitadas diretamente na COORTE, que efetuará a quitação na via da fatura em poder do cliente e a devolverá devidamente autenticada.

Art. 25. O pagamento das faturas em atraso implicará na cobrança, pela CODERN ao Usuário, de acréscimos financeiros calculados sobre o valor original da fatura a partir da data de vencimento até a data do efetivo pagamento.

§1º. O cálculo de tais acréscimos devidos pelo Usuário, será a cargo de 1% ao mês de juros, acrescido de 0,33% de multa, por dia, limitado ao percentual máximo de 10%, pela impontualidade no pagamento.

§2º. A COORTE, somente receberá o pagamento de fatura vencidas, sem os correspondentes acréscimos, mediante autorização expressa da DIRETORIA.

Art. 26. O pagamento efetuado através de depósito em conta corrente da CODERN sem os devidos acréscimos financeiros previstos no art. 25, não elimina a situação de inadimplência do usuário, devendo a COORTE aplicar os acréscimos previstos no § 1º do art. 25 e, com isso, baixar a Fatura parcialmente, permanecendo o valor residual a ser pago posteriormente, acrescido dos juros previstos no artigo 25, parágrafo 1º, contado a partir do dia do pagamento parcial até a data da quitação.

Art. 27. Os débitos relativos a fatura poderão ser objeto de parcelamento, mediante os seguintes procedimentos:

I - Requerimento do interessado dirigido ao Diretor Administrativo e Financeiro da CODERN, citando os títulos a que se referem, o valor do débito e o número de parcelas pretendidas;

II – Atualização da dívida pela COORTE;

III - No caso de deferimento pela Diretoria Executiva será firmado Termo de Confissão de Dívidas (Anexo VIII);

IV - No caso do parcelamento de débito previsto no caput deste artigo, só deixará de lhe ser imputado o previsto no art. 10, §3º mediante a apresentação do comprovante de pagamento da primeira parcela.

V - A falta de pagamento de 01 (uma) parcela implicará no vencimento antecipado da totalidade do débito, que se tornará exigível de imediato, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial. O Usuário em questão passa a estar enquadrado no que estabelece o art. 10, §3º desta norma.

§1º O prazo máximo permitido para o parcelamento de débitos será o período de 12 meses (1+11), atualizados pelo INPC, tendo, obrigatoriamente, uma entrada de, no mínimo, 20% do valor da dívida, a ser paga na data de assinatura do referido Termo, podendo a Diretoria Administrativa e Financeira, com o consentimento da DIREXE, deliberar um prazo diferenciado em caso de solicitação do cliente.

§2º Fica vedada a contratação simultânea de mais de um Termo de Confissão de Dívida por uma única empresa.

§3º O vencimento das parcelas presentes no parcelamento deferido deverão ser, obrigatoriamente, nos dias 10 (dez) ou 20 (vinte) de cada mês.

Art. 28. É vedada a concessão de parcelamento de débito relativo a faturas decorrentes de contratos de locação e arrendamento.

Art. 29. Os usuários em débito com a CODERN, superiores a 30 dias de vencidos, ficarão impedidos de se beneficiar da modalidade previamente contratada e somente serão atendidos em novas requisições de serviços, com o pagamento antecipado dos novos serviços, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 25, §1º sobre os débitos vencidos. Neste caso, os usuários também ficarão impedidos de efetuar qualquer tipo de operação junto ao Porto, incluindo as transferências de sal pelas barcaças.

Parágrafo Único: O depósito prévio (Caução) referido neste artigo será calculado com base na tarifa vigente, de forma a cobrir a totalidade dos custos portuários afeto as operações demandadas, sendo acrescidos 30% do valor que vier a ser definido como depósito prévio, a título de margem de segurança.

Art. 30. Para cumprimento no previsto no caput e no art. 10, §3º, é necessário que a COORTE encaminhe, mensalmente, à GEOPER e à GERTAB o relatório de inadimplentes.

Art. 31. O Usuário tem o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de emissão da Nota Fiscal e/ou fatura, para contestar formalmente qualquer informação que implique no possível cancelamento da Nota Fiscal e/ou Fatura. Verificado erro na Fatura, o novo prazo de pagamento será contado a partir da data de emissão da nova Fatura corrigida. Constatada a veracidade da Fatura original, a CODERN terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para retornar ao usuário, prevalecendo, neste caso, a data de vencimento original.

Parágrafo Único: Para atendimento do previsto no *caput* deste artigo, os setores responsáveis, ou seja, o Faturamento, a GEOPER e a GERTAB, terão que verificar a possível contestação do cliente em, no máximo 02 (dois) dias corridos. Em casos de não atendimento desses prazos, o valor deverá ser descontado em faturas futuras, se constatada a razão do cliente.

Capítulo VIII

DA COBRANÇA DAS FATURAS EM ATRASO – INADIMPLENTES

Art. 32. Após 15 (quinze) dias do mês subsequente ao período de vencimentos dos débitos, sem que tenha havido a liquidação destes e seus acréscimos, a COORTE encaminhará ao Diretor Administrativo e Financeiro, a informação de inadimplência, e este emitirá uma Carta DAF de cobrança, com prazo máximo de 05 (cinco) dias para regularização da situação.

§1º Após 05 (cinco) dias do recebimento da Carta DAF (devendo ser confirmado pelo recebimento do AR - Aviso de Recebimento físico ou no site dos correios), sem o pagamento devido, a COORTE informará, por meio de Memorando, à Gerência de Recursos Financeiros, os títulos pendentes de liquidação para que esta proceda com a inclusão nos órgãos de restrição ao crédito que julgar pertinente.

§2º Após 10 (dez) dias do recebimento da Carta DAF, (devendo ser confirmado pelo recebimento do AR - Aviso de Recebimento físico ou no site dos correios), sem o pagamento devido, a COORTE enviará toda a

documentação que resultou na cobrança, inclusive com o valor atualizado do débito, para a Gerência Jurídica, desde que respeitados os limites previstos no artigo 33.

§3º Caberá à GERFIN providenciar a exclusão das informações nos órgãos de restrição ao crédito, no caso do pagamento das dívidas vencidas por parte dos clientes inadimplentes.

Art. 33. Após o tramite estipulado no art. 32, a GERJUR deverá interpor ação judicial, em um prazo de 30 (trinta) dias corridos, com o fito de reaver os créditos daqueles clientes que continuam inadimplentes e cuja monta pecuniária devida ultrapasse o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em valores nominais, devendo tal informação ser enviada pela COORTE, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º.

Parágrafo Único: A GERJUR deverá solicitar diretamente da GEOPER, GERTAB e / ou do Setor de Faturamento, toda a documentação comprobatória que julgue pertinente para proceder com as cobranças extrajudiciais ou com os ajuizamentos das ações.

Capítulo VIII

DO CANCELAMENTO DAS FATURAS

Art. 34. Compreende-se por cancelamento de Nota Fiscal, a anulação do documento por parte do prestador do serviço.

Art. 35. As Notas Fiscais só serão canceladas nas seguintes condições:

I - Quando requisitado pelo interessado, dentro do prazo estabelecido no art. 31, mediante solicitação formal, através de ofício, carta ou e-mail, após análise da GEOPER/GERTAB e autorização da GERFIN; e

II - Quando a solicitação for interna, por intermédio de memorando (via sistema utilizado pela Empresa) ou e-mail, após análise e autorização da GERFIN, preferencialmente até o dia 05 (cinco) do mês subsequente à data de emissão da Fatura.

Parágrafo Único: Para ambos os casos citados neste artigo, se o prazo para pedido de cancelamento eletrônico já tiver expirado junto a Secretaria Municipal de Tributação correspondente, ensejando a necessidade de abertura de um processo administrativo perante as mesmas, o pedido deverá, obrigatoriamente, ser autorizado pelo Diretor Administrativo Financeiro da Companhia.

Capítulo IX

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36. Em conformidade com o Regulamento de Exploração do Porto Organizado de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca, ao término dos serviços, objeto de Cauçionamento, a CODERN providenciará conciliação entre a caução paga e o valor dos serviços efetivamente prestados, transformando “ex officio” os depósitos efetuados a título de caução em renda e os contabilizará como pagamento, a partir da data de vencimento das faturas ou contas extraídas.

§1º. No caso de execução “ex officio” dos depósitos, ficarão os saldos, se houver, à disposição de quem de direito, observando a prescrição legal. Nesta hipótese, antes de se proceder à devolução do valor caucionado, deverá ser identificado se o favorecido mantém débito com a CODERN, sendo procedidas as devidas conciliações e tratativas junto ao cliente.

§2º Caso na execução “ex officio” dos depósitos de que trata este artigo for verificada a insuficiência dos mesmos, os responsáveis ficarão obrigados a recolher imediatamente a diferença.

Art. 37. Os saldos de valores caucionado de que trata o §1º do art. 38, poderão, desde que não divirja dos objetivos ali descritos, ser utilizados para quitar Notas Fiscais posteriormente emitidas, como também, utilizados para caucionamento de novos serviços.

Art. 38. São válidos os procedimentos de pagamento de taxas da Tarifa dos Portos de Natal e Areia Branca formalizados através de contratos específicos.

Art. 39. O tarifário da CODERN deverá estar disponível e atualizado no site da empresa.

Art. 40. A efetiva aplicação dos dispositivos contido nesta norma se dará mediante a adequação e atualização do sistema de faturamento, devidamente integrado ao Gerenciador Financeiro e ao Sistema de Contabilidade.

Art. 41. Os casos omissos nesta norma ou dúvidas sobre a sistemática de faturamento e cobrança devem ser dirigidos a Diretoria Administrativa e Financeira – DAF, para posterior decisão da Diretoria Executiva desta Companhia – CODERN.

Art. 42. Integra esta Norma, os seguintes anexos:

Anexo I – Requisição de serviços Portuários (RESP - GERTAB);

Anexo II – Requisição de serviços Portuários (RESP - GEOPER);

Anexo III – Relatório de Estadia do Navio (REONAV - GERTAB);

Anexo IV – Relatório de Estadia do Navio (REONAV - GEOPER);

Anexo V – Cadastro de Clientes;

Anexo VI – Pedido de Atracação;

Anexo VII – Contrato de Crédito; e

Anexo VIII – Temo de Confissão de Dívida e Parcelamento.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário.

Esta norma foi aprovada na 1599ª Reunião da Diretoria-Executiva por meio da Resolução nº 106/2019 de 23/09/2019 e entrará em vigor a partir de 15/10/2019.

Natal-RN, 23 de setembro de 2019.

ELIS TREIDLER ÖBERG
Diretor-Presidente



**COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA**



Anexo I

REQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PORTUÁRIOS			
NUMERO DA RESP		DATA	
USUÁRIO/CLIENTE			
CNPJ			
NOME DA EMBARCAÇÃO			
CARGA (T)		COMPRIMENTO	
DIAS ATRACADO (OU FRAÇÃO)			

SERVIÇOS REQUISITADOS

TABELA I - UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE PROTEÇÃO E ACESSO AQUAVIÁRIO (APARELHAMENTO)

1.1 CABOTAGEM		1.2 LONGO CURSO		2. MÍNIMO	
---------------	--	-----------------	--	-----------	--

TABELA II - UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE ACOSTAGEM

1. TERMINAL SALINEIRO	1.1 Ocupação de cais por embarcação atracada por metro linear e por dia	
	1.2.1 Mão de obra para amarração de embarcação	
	1.2.2 Mão de obra para desamarração de embarcação	
	1.3 Uso de defensas dos dolphins	
	1.4 Valor mínimo a ser cobrado	
2. CAIS DE BARCAÇAS	2.1 Ocupação do cais de barcas e utilização de defensas	
	2.2 Mão de obra utilizada para amarração da embarcação	
	2.2 Mão de obra utilizada para desamarração da embarcação	
3. INSTALAÇÕES GERTAB	3.1 Atracação no cais em terra	
	3.2 Valor mínimo a ser cobrado por utilização em terra (mínimo 30 m)	

TABELA III - UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E APARELHAMENTO

1.1 CABOTAGEM		1.2 LONGO CURSO		2. MÍNIMO	
---------------	--	-----------------	--	-----------	--

TABELA IV - SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA COMPREENDENDO DESCARGA E EMBARQUE

1.1 CABOTAGEM		1.2 LONGO CURSO		2. MÍNIMO	
---------------	--	-----------------	--	-----------	--

TABELA VII - ATIVIDADES DE APOIO À EMBARCAÇÕES

1. TERSAB	1.1 Fornecimento de água, por m ³	
	1.2 Alimentação por dia	
	1.3 Atendimento na enfermaria por pessoa	
	1.4.1 Transporte por pessoa de Areia Branca para o TERSAB	
	1.4.2 Transporte por pessoa do TERSAB para Areia Branca	
	1.5 Fornecimento de energia elétrica (mínimo 40 KWH)	
2. GERTAB	2.1 Fornecimento de água, m ³	
	2.2.1 Fornecimento de energia elétrica (mínimo 40 KWH)	
	2.2.2 Energia elétrica para container por hora (mínimo 12 h)	
	2.4.1 Embarque por tripulante ou passageiro	
	2.4.2 Desembarque por tripulante ou passageiro	
	2.5 Armazenagem de container cheio ou vazio 20' ou 40', por 10 dias ou fração	
3. Adicional provisório	3.1 Por tonelada de carga embarcada para cabotagem	
	3.2 Por tonelada de carga embarcada para longo curso	
4. Área Coberta	Pelo uso de área coberta nas dependências da CODERN, por metro quadrado e	
5. Salvatagem	Pelo serviços de salvatagem para as equipes de trabalho do TERSAB, por	

Declaramos nossa responsabilidade solidária pelo pagamento dos serviços executados pela CODERN, oriundos deste RESP. Concordamos, desde já, que se busque pela via judicial a cobrança de valores inadimplidos. É de nossa responsabilidade o recebimento da Nota Fiscal a ser emitida pelo setor de faturamento da CODERN, independentemente do contato desse, e que o respectivo pagamento deverá ser sempre por meio de boleto bancário, salvo quando expressamente autorizada outra forma de quitação. Declaramos concordar com todos os termos da norma de faturamento do porto, que faz parte integrante deste termo.

Solicitamos dos serviços discriminados nesta RESP

_____	_____
Solicitante	Representante da Autoridade Portuária

Declaramos o recebimento dos serviços discriminados nesta RESP

_____	_____
Solicitante	Representante da Autoridade Portuária
_____	_____
Testemunha	Testemunha



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE-CODERN



RESP - Requisição de Serviços Portuarios

Anexo II

NAVIO/EMBARCAÇÃO:		RESP: 19 _____				
USUARIO/CLIENTE:		DATA: ____ / ____ / 20____				
CNPJ: _____						
01 - [] ATRACAÇÃO / DESATRACAÇÃO		02 - [] AMARRAÇÃO / DESAMARRAÇÃO				
03 - [] DIARIA ENERGIA CONTÊINER	04 - [] ENERGIA PEQUENOS REPAROS	05 - [] LAVAGEM COMUM	06 - [] LAVAGEM QUÍMICA			
07 - [] PTI	08 - [] ARMAZENAGEM CONTÊINER	09 - [] ARMAZENAGEM NÃO CONTEINERIZADA	10 - [] PESAGEM			
11 - [] COLETA DE LIXO TIPO A	12 - [] PESAGEM (TONELADA)	13 - [] OVA / DESOVA CONTÊINER	14 - [] CARGA / DESCARGA VEÍCULO			
15 - [] OUTROS _____						
CONTAINER Nº:	TIPO: [] 40" [] 20"	[] REEFER [] DRY (SECO)				
CONTAINER Nº:	TIPO: [] 40" [] 20"	[] REEFER [] DRY (SECO)				
CONTAINER Nº:	TIPO: [] 40" [] 20"	[] REEFER [] DRY (SECO)				
QUANTIDADE:	TONELADAS:	QUANT. VEÍCULOS:				
QUANTIDADE:	TONELADAS:	QUANT. VEÍCULOS:				
16 - [] FORNECIMENTO ÁGUA M³		17 - [] ENERGIA KWH (MEDIDO)				
LEITURA ATUAL:	LEITURA ANTERIOR:	CONSUMO:				
LEITURA ATUAL:	LEITURA ANTERIOR:	CONSUMO:				
DATA E HORARIO INICIO:	DATA E HORARIO TERMINO:	CONSUMO:				
DATA E HORARIO INICIO:	DATA E HORARIO TERMINO:	CONSUMO:				
ITEM: 18 - HORA EXTRA (SERVIÇOS PRESTADOS EM HORÁRIOS EXTRAORDINÁRIOS)						
HORA INÍCIO	HORA FINAL	QUANT. H.E. [A]	QUANT. PESSOAS [B]	TOTAL H.E. [A x B]	TIPO H.E. (50% ou 100%)	OBSERVAÇÕES
RESUMO:	TOTAL HORA EXTRA 50%:					
	TOTAL HORA EXTRA 100%:					
19 - [] EMBARQUE / DESEMBARQUE:						
EMBARQUE				DESEMBARQUE		
[] Passageiro: _____	[] Tripulante (s): _____	[] Passageiro: _____	[] Tripulante (s): _____			
[] OUTRAS INFORMAÇÕES :						

Declararamos nossa responsabilidade solidária pelo pagamento dos serviços executados pela CODERN, oriundos deste RESP. Concordamos, desde já, que se busque pela via judicial a cobrança de valores inadimplidos. É de nossa responsabilidade o recebimento da Nota Fiscal a ser emitida pelo setor de faturamento da CODERN, independentemente do contato desse, e que o respectivo pagamento deverá ser sempre por meio de boleto bancário, salvo quando expressamente autorizada outra forma de quitação. Declaramos concordar com todos os termos da norma de faturamento do porto, que faz parte integrante deste termo.

Solicitamos a execução dos serviços acima discriminados.	Em ____ de _____ de 20____	
Assinatura e Carimbo do Solicitante	Cargo do Solicitante	Assinatura do Representante da Autoridade Portuária
	Especificar se Agente/Dono da Carga/Outros	

Testemunha	Testemunha
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

ESTE DOCUMENTO TEM CARÁTER DE TÍTULO EXECUTIVO



**COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA**



Anexo III

RELATÓRIO DE ESTADIO DO NAVIO

REONAV N° _____ DUV N° _____ ESCALA _____

INFORMAÇÕES DO NAVIO

NOME DO NAVIO				IMO		
NOME DO CMDT				COMP (M)		
BANDEIRA				PROCEDÊNCIA		
CALADO CHEGADA	CALADO SAÍDA	BOCA	ANO DE CONSTRUÇÃO	DWT	TPB	TLR

INFORMAÇÕES DO CLIENTE

EMBARCADOR	(NOME)	(CNPJ)
AGENTE MARÍTIMO	(NOME)	(CNPJ)
ARMADOR	(NOME)	(CNPJ)

INFORMAÇÕES DE CHEGADA DO NAVIO

SOLICITAÇÃO DE ATRACAÇÃO	(DATA)	(HORA)	PREVISÃO DE CHEGADA	(DATA)	(HORA)
CHEGADA NAVIO AO LARGO	(DATA)	(HORA)	TEMPO DE ESPERA	(HORA)	

MANOBRAS DE ATRACAÇÃO/ DESATRACAÇÃO

ATRACAÇÃO			DESATRACAÇÃO		
DATA DA MANOBRA			DATA DA MANOBRA		
HORA INICIAL	RD VULCÃO		HORA INICIAL	RD VULCÃO	
	RD RIO PRETO			RD RIO PRETO	
HORA FINAL	RD VULCÃO		HORA FINAL	RD VULCÃO	
	RD RIO PRETO			RD RIO PRETO	
TEMPO TOTAL			TEMPO TOTAL		

EMBARQUE DE SAL À GRANEL

MANIFESTO	CE MERCANTE	PAIS DESTINO	PORTO DESTINO	CARGA
TOTAL CARREGADO				

DISTRIBUIÇÃO DOS PORÕES (C) SAL COMUM (Q) SAL QUÍMICO

PORÃO N° 01			PORÃO N° 04		
PORÃO N° 02			PORÃO N° 05		
PORÃO N° 03			PORÃO N° 06		
TOTAL COMUM			TOTAL QUÍMICO		

INFORMAÇÕES HORAS DE EQUIPAMENTOS

TR-04/ TR-05/ CN		DESCARREGADOR DE BARCAÇAS N° 01	
PM-08 VOLVO L220 G		DESCARREGADOR DE BARCAÇAS N° 02	
PM JD		DESCARREGADOR DE BARCAÇAS N° 03	
TE JD 750 J		DESCARREGADOR DE BARCAÇAS N° 04	
MOEGA SOBRE TRILHOS N° 05		GERADOR N° 14	
MOEGA SOBRE TRILHOS N° 06		GERADOR N° 15	
MOEGA SOBRE TRILHOS N° 07		GERADOR N° 18	
		GERADOR N° 19	
		GERADOR N° 20	
		GERADOR N° 21	

RESUMO DO CARREGAMENTO

INÍCIO DO CARREGAMENTO	(DATA E HORA)	FINAL DO CARREGAMENTO	(DATA E HORA)
TEMPO OPERADO		ESTADIA	
TEMPO PARADO		TONELADAS EMBARCADAS/DIA	
HORAS PARADAS QUEBRA DE		TONELADAS EMBARCADAS/HORA	
TEMPO TOTAL DO CARREGAMENTO		TEMPO DA MAIOR PARALISAÇÃO	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

FORNECIMENTO DE ÁGUA (M³) _____ NAVIO AO LARGO _____

OBSERVAÇÕES

TERMINAL SALINEIRO, AREIA BRANCA/RN, ____ de ____ de ____

ENGENHEIRO



1 - CARACTERÍSTICAS DO NAVIO

Anexo IV

CLASSE/NOME		Nº CAPITANIAL DOS PORTOS		Nº IMO/REG.		ATRACAÇÃO/REONAV Nº		T. BRUTA		T. LIQUIDA		BOCA			
CALADO MAIOR	CALADO MÁXIMO			CALADO AEREO			COMPRIMENTO			BANDEIRA					
PREVISAO DE ATRACAÇÃO				CHEGADA				ATRACAÇÃO				DESATRACAÇÃO			
HORA	DATA	HORA	DATA	DATA	HORA INICIO	HORA FINAL	DATA	HORA INICIO	HORA FINAL						
TEMPO ATRACADO		ORIGEM (PORTO/PAÍS)			DESTINO (PORTO/PAÍS)			AGENTE			CNPJ AGENTE				
ARMADOR		CNPJ ARMADOR			OPERADOR PORTUÁRIO 1			OPERADOR PORTUÁRIO 2			Nº VIAGEM CMA-CGM*				
BANDEIRA DO ARMADOR		BERÇO			CNPJ OPERADOR PORTUÁRIO 1			CNPJ OPERADOR PORTUÁRIO 2			Nº VIAGEM MARFRET*				
CARGA CHEGADA				CARGA SAIDA											

2 - RELATORIO DE OPERAÇÃO DE NAVIO

Navio:		DATA					0	FOLHA 02	
DATA	TEMPO		TIPO DE PARADA			DESCRIÇÃO			
	INICIO	TERMINO	NORMAL	INTERRUPÇÃO	Nº TERNO	Nº DE MAQUINAS	MOTIVO:		
TOTAL OPERAÇÃO:									
TOTAL PARADAS:									

TEMPO DE OPERAÇÃO EFETIVA	0:00:00	TEMPO TOTAL DE OPERAÇÃO	0:00:00
TEMPO DE PARALISAÇÃO (OPERADOR)		TEMPO DE PARALISAÇÃO (PORTO)	
TEMPO TOTAL DE PARALISAÇÃO (VER FL.03)	0:00:00	TEMPO DA MAIOR PARALISAÇÃO	0:00:00
INICIO DO CARREGAMENTO	00/01/1900	00:00:00	TÉRMINO DO CARREGAMENTO
			00/01/1900
			00:00:00

5 - RESUMO FINANCEIRO DA ESTADIA DO NAVIO NESTE PERIODO

Infra-Estrutura de Proteção e Acesso Aquaviário				
TARIFA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	TOTAL

TABELA 1	TONELAGEM TRANSPORTADA	Tonelada	0,00	R\$ 3,57	R\$ 0,00
	CONTAINER TRANSPORTADO CHEIO	Unidade	0,00	R\$ 47,93	R\$ 0,00
	CONTAINER TRANSPORTADO VAZIO	Unidade	0,00	R\$ 20,18	R\$ 0,00
	TONELADA MOVIMENTADA PARA TERMINAIS	Tonelada	0,00	R\$ 4,87	R\$ 0,00
	PESO BRUTO DA EMBARCAÇÃO (TLR)	Tonelada	0,00	R\$ 2,58	R\$ 0,00
			*Valor mínimo: R\$ 289,85	TOTAL A COBRAR DESTA TABELA	R\$ 0,00

Responsavel Financeiro pela Tabela 1					
NOME:		CNPJ:		RESP:	

Infra-estrutura de Acostagem					
COMPRIMENTO:	0,00	ESTADIA			
TARIFA			UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
TABELA 2	UTILIZAÇÃO DO CAIS E SUAS DEFENÇAS		Metro x Tempo	#VALOR!	R\$ 9,56
	MÃO DE OBRA ATRACAÇÃO		Unidade	0	R\$ 925,00
	MÃO DE OBRA DESATRACAÇÃO		Unidade	1	R\$ 925,00
			*Comprimento mínimo: 30,0m	TOTAL A COBRAR DESTA TABELA	#VALOR!

Responsavel Financeiro pela Tabela 2					
NOME:		CNPJ:		RESP:	

Infra-Estrutura Terrestre					
TARIFA			UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
TABELA 3	CARGA GERAL UNITIZADA/SACARIA		Tonelada	0,00	R\$ 3,67
	CARGA GERAL NAO UNITIZADA		Tonelada	0,00	R\$ 4,02
	GRANEL SOLIDO		Tonelada	0,00	R\$ 2,70
	GRANEL LIQUIDO ÓLEO VEGETAL		Tonelada	0,00	R\$ 2,95
	GRANEL LIQUIDO DERIVADOS DE PETROLEO E COMBUSTIVEIS		Tonelada	0,00	R\$ 5,46
	COMBUSTIVEL ABASTECIMENTO EMBARCAÇÕES		Tonelada	0,00	R\$ 3,13
	CONTAINER TRANSPORTADO CHEIO		Unidade	0,00	R\$ 52,96
	CONTAINER TRANSPORTADO VAZIO		Unidade	0,00	R\$ 19,51
			*Valor mínimo: R\$ 234,11	TOTAL A COBRAR DESTA TABELA	R\$ 0,00

Responsavel Financeiro pela Tabela 3					
NOME:		CNPJ:		RESP:	

Infra-Estrutura Terrestre					
TARIFA			UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
TABELA 5	FORNECIMENTO AGUA		Tonelada	0,00	R\$ 20,30
	ENERGIA CONSUMO MENSURADO (Minimo R\$194,40)		Unidade	0,00	R\$ 4,86
	ENERGIA DIARIA DE CONTAINER		Tonelada	0,00	R\$ 97,20
	CONTAINER DESEMBARCADO		Unidade	0,00	R\$ 67,45
	CONTAINER EMBARCADO		Unidade	0,00	R\$ 67,45
	CONTAINER REMOVIDO		Unidade	0,00	R\$ 67,45
	TONELAGEM NAO SENDO CARGA (Minimo R\$35,00)		Tonelada	0,00	R\$ 6,13
	RESIDUO SOLIDO CAÇAMBA OU RECIPIENTE		Unidade	0,00	R\$ 340,02
	PASSAGEIRO EMBARQUE E DESEMBARQUE		Unidade	0,00	R\$ 20,24
	TRIPULANTE EMBARQUE E DESEMBARQUE		Unidade	0,00	R\$ 20,24
	HORA EXTRA 50%		Tonelada	0,00	R\$ 98,98
	HORA EXTRA1050%		Tonelada	0,00	R\$ 124,74
				TOTAL A COBRAR DESTA TABELA	R\$ 0,00

Responsavel Financeiro pela Tabela 5					
NOME:		CNPJ:		RESP:	

TOTAL A COBRAR DESTA TABELA:				#VALOR!
-------------------------------------	--	--	--	----------------

Digitado por: _____



CADASTRO DE CLIENTE

CÓDIGO DO CLIENTE

RAZÃO SOCIAL	
ENDEREÇO / NÚMERO	
COMPLEMENTO	
BAIRRO	
CEP	
CIDADE	
ESTADO	
PAÍS	
FONE	
FAX	
E-MAIL	
HOM PAGE	
CPF / CNPJ	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	
CONTATO OPERACIONAL	

DADOS PARA COBRANÇA

ENDEREÇO / NÚMERO	
COMPLEMENTO	
BAIRRO	

CEP	
CIDADE	
ESTADO	
PAÍS	
FONE	
FAX	
CONTATO FINANCEIRO	
E-MAIL (Contato Financeiro)	

Obs.: As notas fiscais serão enviadas para os e-mails informados neste formulário.



Anexo VI

PEDIDO DE ATRACAÇÃO

Ref.: AVISO CHEGADA XXXXXXXXXXXXXXXX - TERMISA/PORTO

=====

Comunicamos a V.Sas., a chegada do Navio, conforme discriminado abaixo para Atracar no Terminal/Porto de: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Master do Navio em referência informa ETA Terminal/Porto XX/XX/20XX, Reverteremos com Previsão de Atracação.

AVISO DE CHEGADA DE EMBARCAÇÕES

01	NOME DA EMBARCAÇÃO	
02	INDICATIVO DE CHAMADA	
03	IMO	
04	BANDEIRA	
05	PORTO DE REGISTRO	
06	TONELAGENS	
07	COMPRIMENTO	
08	BOCA	
09	TIPO	
10	ANO DE CONSTRUÇÃO	
11	ARMADOR	
12	AFRETADOR	
13	NOME DO COMANDANTE	
14	NUMERO DE TRIPULANTES	
15	PROCEDÊNCIA	
16	DESTINO	
17	LOCAL DE ATRACAÇÃO	
18	CARGA A CARREGAR	
19	QUANTIDADE DE PORÕES	
20	OPERADOR PORTUÁRIO	
21	CAL CHEGADA(ESTIMADO)	
22	CALADO SAÍDA(ESTIMADO)	
23	DATA PREVISTA CHEGADA	
24	DATA PREVISTA DE SAÍDA	
25	TIPO DE OPERAÇÃO	
26	EMBARCADOR	

(continuação do Anexo VI)

DADOS PARA CADASTRO/FATURAMENTO:

Razão Social:

CNPJ:

Rua/av., número, bairro,

Cidade – Estado

Pais - Cep.

Observações:

Atenciosamente,

Nome do Emitente do Pedido de Atracção

Fone/Fax.: XX.XX.XXXXXXXXXX

E-Mail.: XXXX@XXXXXXXXXX.com.br

Mob/Celular.: XX.XX.XXXXXXXXXX



CONTRATO DE CRÉDITO Nº

**Contrato que entre si fazem a
COMPANHIA DOCAS DO RIO
GRANDE DO NORTE e o Usuário
.....
..... para adoção de
procedimentos de pagamento de
taxas da Tarifa do Porto de Natal e
Areia Branca.**

A **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE**, empresa pública, inscrita sob o CNPJ 34.040.345/0001-90, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, com sede na cidade de Natal, RN, na Avenida Hildebrando de Góis, 220, doravante denominada **CODERN**, neste ato representada pelo seu administrador, CPF Nº, no uso de suas atribuições e,, estabelecida a, CNPJ Nº daqui por diante denominado **Usuário**, neste ato representado por CPF Nº, têm entre si ajustado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: o Objeto

É objeto deste contrato a definição de procedimentos e condições de pagamento pelo **Usuário** a **CODERN**, das taxas da Tarifa do Porto de Natal e Areia Branca, na modalidade de pagamento previamente contratada, na forma do art. 1º, inciso III do Decreto-Lei Nº 1.016, de 21.10.69, com redação dada pela Lei Nº 6.418 de 30.05.77 e Decreto-Lei Nº 1.801, de 12.08.80 e ainda de acordo com a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

Cláusula Segunda – a Adesão

O **Usuário** adere, por força deste instrumento, à Norma que disciplina a modalidade previamente contratada para pagamento das taxas da Tarifa do Porto de Natal e Areia Branca, constante do item 3 do anexo I da Portaria Nº de de

..... de, cujo teor é do inteiro conhecimento do **Usuário** e que fica fazendo parte integrante deste contrato, como se nele transcrita fosse.

Cláusula Terceira: a Exclusão de Serviços

O presente contrato não se aplica quando da prestação pela **CODERN**, dos serviços referentes a:

- A) Tabela III (Natal e Areia Branca) – UTILIZAÇÃO DE INFRA ESTRUTURA TERRESTRE, e,
- B) Tabela IV (Areia Branca) – SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS.

Cláusula Quarta: a Vigência

O presente contrato vigorará por prazo indeterminado e terá vigência a partir da data de sua assinatura.

Cláusula Quinta: a Rescisão

Sem prejuízo de qualquer disposição do presente contrato, o mesmo poderá ser rescindido pela **CODERN**, judicial ou extrajudicialmente, independente de qualquer notificação, sem que assista ao **Usuário** qualquer direito à reclamação e/ou indenização, quando da ocorrência dos seguintes fatos:

- A) Não cumprimento, ou cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- B) Decretação de falência do **Usuário**;
- C) Pedido de concordata do **Usuário**;
- D) Dissolução de sociedade do **Usuário**;
- E) Protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficientes provisão pelo **Usuário**;
- F) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução do contrato;
- G) O usuário impedir ou dificultar a ação da **CODERN**.

Cláusula Sexta: a Inadimplência

Rescindido o presente contrato, por inadimplência do **Usuário**, a **CODERN** executará os débitos oriundos do mesmo como dívida líquida e certa, como título executivo extrajudicial, na forma do que dispõe a lei, em especial, o Código de Processo Civil Brasileiro.

Cláusula Sétima: o Foro

Fica eleito ao Foro da Cidade de Natal capital do Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e os litígios oriundos do presente instrumento.

Natal ____ de _____ de _____

Nome/CPF/Cargo do Responsável pela CODERN
CJPJ 34.040.345/0001-90

Nome/CPF/Cargo do Responsável pelo Usuário
Nome/CPF ou CNPJ do Usuário

Testemunhas:

1 –

2 -



**TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA, DE TRANSAÇÃO
E DE PARCELAMENTO DE PAGAMENTO**

Pelo presente instrumento, mutuamente aceito e outorgado, as partes a seguir denominadas e qualificadas, de um lado, a **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**, sociedade de economia mista vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.040.345/0001-90, com sede na Av. Engº Hildebrando de Góis, 220, Ribeira, Natal, Rio Grande do Norte, CEP 59010-700, representada por seus Diretores: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Diretor Presidente, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Diretor Administrativo e Financeiro e **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Diretor Técnico e Comercial, conforme disposições estatutárias, daqui em diante denominada simplesmente **CODERN** e, de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXXXXXXXX**, neste ato representado por seu representante legal, Sr. **XXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº **xxxx** e RG nº **xxxx** –SSP/RN, celebram entre si o presente *Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Pagamento e Outras avenças*, conforme cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DÍVIDA

A **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** confessa, em favor da CODERN, a dívida líquida, certa e exigível, no valor total de **R\$ XXXXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, integralmente vencida e corrigida monetariamente, acrescida de juros, referente aos serviços prestados pela CODERN devidamente discriminados nas Notas Fiscais e na planilha em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** compromete-se em não atrasar na quitação das faturas vincendas e obriga-se a pagar o valor expresso na cláusula primeira, em **XX (XXXXXXXX)** parcelas, sendo a primeira no valor de **R\$ XXXXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, e as demais iguais e sucessivas no valor de **R\$ XXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, ficando a primeira com vencimento no dia **XX (XXXXXXXX)** de **XXXXXXX** corrente e as demais no dia **XX (XXXXXX)** dos meses subsequentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento deverá ser efetuado através de depósito direto na conta corrente da CODERN, de nº4774-0, mantida junto ao Banco do Brasil, agência nº3795-8.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, diante da quitação de cada parcela, obriga-se a enviar e-mail à CODERN, constando o comprovante de depósito devidamente quitado, no mesmo dia de sua efetivação, através do endereço: tesouraria@codern.com.br.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A título de comprovação, a CODERN emitirá recibo especificando a parcela a que se refere, e quitando o valor recebido.

PARÁGRAFO QUARTO

Após a comprovação do pagamento da 1ª parcela da dívida, a CODERN providenciará, quanto à devedora, a sua baixa imediata na inscrição no SERASA.

PARÁGRAFO QUINTO

Na hipótese de o dia do pagamento ser feriado que implique fechamento dos bancos, o vencimento fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente subsequente.

PARÁGRAFO SEXTO

Todos os prazos e obrigações ora pactuados vencem e se operam de pleno direito, independentemente de protesto judicial ou cambial de qualquer natureza, simples aviso, notificação ou interpelação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INADIMPLÊNCIA

Em caso de atraso no pagamento do valor total ou parcial de uma parcela, a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** terá que quitar o saldo devedor do montante parcelado em até 10 (dez) dias do vencimento da primeira parcela inadimplida, sendo-lhe acrescido o valor de 2% (dois por cento) de multa, mais correção diária pela taxa SELIC, restando ainda desde logo autorizada a dedução do saldo devedor por qualquer crédito que porventura exista junto à CODERN.

PARÁGRAFO ÚNICO

A **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, ao descumprir, total ou parcialmente, este Termo, passa a se tornar inadimplente e sofrerá as sanções previstas em normas internas da CODERN.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir quaisquer dúvidas e propor quaisquer ações fundadas no presente Termo, renunciando-se a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam as partes o presente, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Natal/RN, XX de XXXXXX de 20XX.

Pela CODERN:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor Presidente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor Financeiro e Administrativo

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor Técnico e Comercial

Pela XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX:

XXXXXXXXXX XXXX

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: